

Senadores aprovam mais verbas para saúde pública

Emenda que irá à promulgação obriga estados, municípios e Distrito Federal a investirem no setor percentuais mínimos das respectivas arrecadações. União terá que corrigir pela variação do PIB os valores aplicados

Plenário altera projeto sobre o Refis, que volta à Câmara

PÁGINA 3

Operação de venda de ações da Petrobras gera debate

PÁGINA 4



A PEC sobre saúde foi aprovada com votos favoráveis de 67 senadores

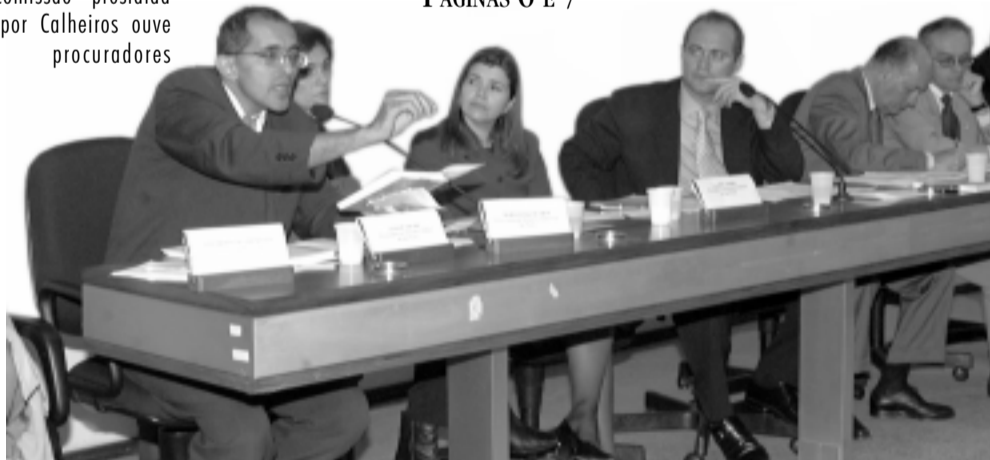
A União terá que aplicar na saúde pública, neste ano, 5% a mais do que em 1999. A partir do próximo ano, até 2004, os valores serão corrigidos pela variação do Produto Interno Bruto (PIB). A determinação está contida em proposta de emenda constitucional aprovada ontem pelo Senado. A PEC, que ainda depende de promulgação, fixa percentuais da arrecadação de tributos a serem observados por estados, municípios e DF em seus investimentos na saúde.

PÁGINA 3

PROCURADORES PEDEM RASTREAMENTO DO DINHEIRO DA OBRA DO TRT DE SÃO PAULO

Subcomissão presidida por Calheiros ouve procuradores

PÁGINAS 6 E 7



Depois de comparecer ao lançamento do livro *Transposição das Águas do S. Francisco – Agressão à Natureza x Solução Ecológica*, de autoria do ex-ministro João Alves, o vice-presidente da República, Marco Maciel, visitou na noite de quarta-feira o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Veto a anistia de multas eleitorais é derrubado

PÁGINA 2

CI recomenda auditoria ambiental em refinaria

PÁGINA 5

CCJ acolhe plebiscito sobre novos estados e territórios

PÁGINA 8



Uma comissão de dirigentes do MST entregou ontem ao senador Antonio Carlos Magalhães reivindicações aprovadas em congresso da entidade.

PÁGINA 2

Congresso derruba veto à anistia de multas eleitorais

Parlamentares decidiram manter restrições totais ou parciais do presidente da República a 14 projetos de lei

Reunido sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional derrubou, na noite de quarta-feira, o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que anistia as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral aos eleitores que deixaram de comparecer às urnas em 1996 e 1998, assim como aos candidatos que teriam infringido a legislação eleitoral. Ao justificar o



Votos de 44 senadores e 285 deputados derrubaram o veto ao projeto de anistia

veto, o presidente disse não considerar suficientemente claros os fins sociais do projeto.

O veto presidencial foi derrubado com os votos de 44 senadores e 285 deputados. Apenas oito senadores votaram pela manutenção da decisão do presidente. É necessária maioria absoluta — 41 votos do Senado e 257 votos da Câmara — para rejeitar veto do presidente da República. Dos 40 itens inicialmente submetidos a

deliberação do Congresso, 24 foram retirados de pauta, por um acordo entre as lideranças partidárias, com o objetivo de garantir a votação.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2000, que foi objeto de 32 vetos parciais, teve sua deliberação prejudicada pelo fato de o Orçamento deste ano já estar sendo implementado. Dos itens restantes, foram mantidos os vetos — quatro totais e dez parciais — a 14 projetos de lei. Dentre

eles, o que tornaria obrigatória a divulgação dos índices de repetência no ensino fundamental e médio; o que instituiria o Conselho Federal de Secretariado e os conselhos regionais de Secretariado; e o que dispunha sobre a prática desportiva da capoeira.

Também foram mantidos os vetos parciais ao projeto que institui o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. Com os vetos, fica excluído o prazo de 24 horas para os litigantes apresentarem quesitos, no caso de perícia; admite-se a possibilidade de sentença condenatória por quantia ilíquida; e estende-se o direito de reclamação trabalhista com procedimento sumaríssimo, que sem o veto só poderia ocorrer por violação direta à lei, contrariedade a súmulas de jurisprudência do TST e violação direta da Constituição federal.

Quanto ao projeto que dispõe sobre a armazenagem de produtos agrícolas, foi mantido o veto ao artigo que obrigava o governo a dar prioridade a pequenos produtores em caso de compras diretas para a formação de estoques públicos.

Antonio Carlos rejeita críticas à decisão do Legislativo

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, reagiu às críticas da imprensa à derrubada do veto do presidente da República ao projeto de lei que anistia multas aplicadas a partidos e candidatos que tenham feito propaganda ilegal e a eleitores que não votaram em 1996 e 1998. O Congresso derrubou o veto na quarta-feira.

— Muitas vezes a opinião pública é induzida pela imprensa a julgar mal o Congresso. Quando o Congresso delibera soberanamente e por grande margem como ontem, qualquer

crítica é querer tirar a independência do Congresso — respondeu Antonio Carlos às perguntas sobre se a decisão tomada não poderia acarretar novo desgaste para a imagem do Legislativo.

PROCURADORES

Ainda pela manhã, o presidente do Senado foi indagado sobre sua previsão a respeito do depoimento dos procuradores da República que investigam o escândalo do TRT-SP na Subcomissão do Judiciário, que ocorreria à tarde. Antonio Carlos disse que eles poderão ajudar ou não, dependendo das

informações apresentadas. “Se trouxerem pistas que não sejam verdadeiras, a comissão pode ficar influenciada e ir atrás do erro”, explicou. O senador comentou, ainda, o convite da subcomissão para ouvir o governador de Minas Gerais, Itamar Franco.

— Eu não acho importante o depoimento do governador, mas, se a comissão achou, vamos ouvir o governador Itamar, que certamente vai explicar por que fez o decreto dando recursos para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo — afirmou o senador.



O presidente do Senado conversou com uma comissão de dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ACM recebe reivindicações de congresso nacional do MST

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem uma comissão de dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que lhe entregou as reivindicações aprovadas no 4º Congresso Nacional do MST. Em nome do movimento, Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais, transmitiu aos presidentes do Senado e da Câmara, Michel Temer, as decisões do encontro realizado em Brasília.

Segundo o coordenador do MST, o encontro aprovou o encaminhamento de três pleitos ao Congresso Nacional: a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção associadas ao desvio de verbas do TRT-SP; a transferência para a Justiça Federal dos julgamentos de crimes contra os direitos humanos; e uma tomada de posição firme contra o uso de transgênicos na agricultura brasileira.

O presidente do Senado apoiou, de imediato, a tese de “federalização” dos crimes contra os direitos humanos. Projeto nesse sentido já foi aprovado na Câmara, informou Gilmar Mauro. Na própria audiência, Antonio Carlos determinou a tramitação urgente da proposta no Senado, a fim de tentar aprová-la ainda em setembro, ou no mais tardar após as eleições de outubro.

A questão dos transgênicos também mereceu apoio do presidente

do Senado, para o debate e aplicação de todos os dispositivos legais que já existem no Brasil sobre o tema. Com relação ao pedido de criação de uma CPI sobre corrupção, Antonio Carlos lembrou que foi sua a iniciativa de propor a CPI do Judiciário e destacou que uma investigação dessa natureza exige a identificação de casos concretos a apurar, com justificativas bem fundamentadas sobre a conveniência e necessidade do inquérito parlamentar.

O encontro da comissão do MST com Antonio Carlos foi acompanhado pelos deputados Aloízio Mercadante, Adão Preto e Milton Temer, todos do PT, que destacaram à saída a “cordialidade da recepção e o interesse do presidente do Senado pelas questões apresentadas”.

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Nabor Júnior
 4º Secretário: Casildo Maldaner
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
 Editor-Chefe: Edson de Almeida
 Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Aprovadas recomendações para o novo Código Civil

Foi aprovado ontem, pelo Plenário do Senado, por unanimidade, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o relatório preliminar da comissão especial da Câmara dos Deputados às emendas introduzidas pelos senadores, em novembro de 1997, no projeto de novo Código Civil. O parecer contém uma série de sugestões do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), que poderão ser incorporadas ao projeto pela Câmara, onde ainda será votado na comissão especial e depois no Plenário. O projeto foi aprovado inicialmente pelos deputados em 1984.

Entre as sugestões mais importantes está a de que a Câmara retire do Código Civil qualquer referência ao processo de adoção. Assim, a idade mínima exigida de pais adotivos seria 21 anos, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Fogaça optou pelo limite previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em busca de um ponto de equilíbrio, já que a proposta da Câmara prevê a idade mínima de 18 anos, contra os 30 anos exigidos pelo Código Civil em vigor.

Segundo o relator, o projeto incorpora ao projeto de Código Civil mudanças introduzidas nos últimos anos por meio de leis e decisões da Justiça, a maior parte delas na área do Direito da Família. Estão sendo proibidas, por exemplo, expressões como “filhos legítimos” ou “ilegítimos”, concedendo-se a todos os filhos os mesmos direitos – ressaltados os de natureza patrimonial, quando frutos de relações distintas.



José Fogaça sugeriu novo limite de idade para pais adotivos

CASAMENTO

O critério de tempo para configurar a união estável foi estabelecido em cinco anos, no caso da união sem filhos, e dois anos para a união com filhos. O casamento poderá se realizar mesmo quando o cônjuge do sexo masculino tiver menos de 16 anos, para evitar a imposição de pena criminal, ou em caso de gravidez. Retirou-se a expressão “para salvar a honra da mulher”.

Um das novidades do novo código é a possibilidade de que o marido adote o nome da mulher. Os cônjuges, porém, não poderão adotar, ao mesmo tempo, um o sobrenome do outro, o que facilitaria fraudes fiscais.

Proposta que altera limite de idade para o TCU é acolhida

O Plenário do Senado aprovou, na sessão de ontem, por unanimidade dos 67 senadores presentes, proposta de emenda à Constituição que permitirá aos auditores do quadro efetivo do Tribunal de Contas da União ocuparem o cargo de ministro daquela corte mesmo que tenham ultrapassado os 65 anos de idade, bastando para isso que hajam exercido o cargo de ministro-substituto por mais de cinco anos.

A PEC, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), altera a exigência constitucional atual de idade máxima de 65 anos para que os auditores possam ser nomeados ao cargo. A proposta, que ainda será apreciada pela Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Bernardo Cabral: regras atuais são injustas com auditores

por recomendação do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Tanto o autor quanto o relator consideram que a regra de hoje é injusta e discriminatória, pois os auditores, ao atingir a idade limite, ficam proibidos de ocupar o cargo e não podem, assim, alcançar o topo da carreira (como titular) antes dos 70 anos (idade para a aposentadoria compulsória).

“A manutenção da atual regra restritiva dos direitos individuais e políticos dos auditores apresenta um quadro de extrema injustiça”, afirmou Cabral. Amir Lando lembrou ainda que esses servidores já satisfazem, no momento do ingresso da carreira, após realização de concurso público, os mesmos requisitos exigidos dos ministros.

Emenda que aumenta verbas para saúde vai à promulgação

Estados, municípios e DF terão de aplicar no setor percentuais mínimos de suas arrecadações. União corrigirá valores pela variação do PIB

Por 67 votos a favor e dois contra, o Plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) da Câmara dos Deputados que eleva os recursos a serem aplicados pela União, estados e municípios nos serviços de saúde. Apreciada em primeiro turno no semestre passado, a proposta define também as fontes das quais será retirada a verba adicional. Agora a PEC será enviada às Mesas da Câmara e do Senado para promulgação.

A proposta estabelece que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de saúde pela União, estados e municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União será obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o Distrito Federal, ainda segundo a PEC, teriam que

aplicar em ações de saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos. Os municípios e o Distrito Federal destinariam à saúde 15% da arrecadação dos impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU), Serviços (ISS) e transmissão *inter vivos*.



Para Paulo Souto, vinculação não garante melhor serviço

A PEC foi aprovada sem maior discussão em torno do mérito. Apenas o senador Paulo Souto (PFL-BA) observou que a vinculação de mais recursos

não garantirá a melhoria dos serviços prestados hoje pelo poder público. Ele acredita também que a fórmula de repartição das obrigações acabará levando os estados e municípios a gastar parcela de recursos maior do que a União.

O senador Roberto Requião apresentou requerimento para votação de destaque suprimindo o artigo 3º, que estabelece regras destinadas a dar caráter progressivo à cobrança do IPTU. Segundo

Requião, o artigo configura “reforma tributária municipal absurda e irresponsável”. Para ele, aplicar alíquotas diferenciadas em razão do valor e da localização do imóvel prejudicaria cidadãos que têm nos seus imóveis o resultado de toda uma vida de esforço e poupança. O senador chegou a obter adesões ao requerimento, mas a matéria foi rejeitada. Alguns senadores entenderam que a supressão poderia gerar ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), comprometendo a aplicação da emenda.

A maioria dos parlamentares elogiou a PEC, de autoria do deputado Carlos Mosconi e relatada, favoravelmente, no Senado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para o senador Tião Viana (PT-AC), a aprovação da PEC é uma vitória das entidades ligadas à saúde, que lutaram para que o debate em torno de mais recursos fosse feito. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) acredita que a emenda vai promover um salto na qualidade de vida da população. Já o senador Iris Rezende (PMDB-GO) alertou para o fato de que os problemas de saúde se agravam com a concentração de renda.

Empresas poderão ter mais prazo para regularizar débitos fiscais

Os senadores aprovaram na sessão plenária de ontem projeto de lei da Câmara que determina a reabertura de prazo para que as empresas devedoras possam optar pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), por um período adicional de 90 dias. O prazo inicial havia sido encerrado em abril e apenas 20 mil empresas aderiram ao programa. O projeto retornará à Câmara.

O relator da proposta, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que apresentou parecer favorável, observou que o programa é um importante instrumento não apenas para a regularização fiscal de inúmeras empresas, mas também para o incremento da arrecadação tributária. “A empresa aderente ao Refis necessita pagar seus débitos antigos, mas também é obrigada a

não mais atrasar as obrigações futuras”, opinou.

O Refis, segundo explicou Luiz Otávio, relaciona o parcelamento das dívidas fiscais – decorrentes de débitos juntos à Secretaria da Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – com a

capacidade de pagamento da empresa, uma vez que o valor de cada prestação é calculado em proporção ao faturamento no período anterior. Os juros são cobrados à taxa de longo prazo (TJLP) e, em contrapartida, a empresa abre o seu sigilo bancário para a Receita Federal (apenas enquanto persistir o pagamento parcelado do débito).



Luiz Otávio observa que Refis incrementa arrecadação do governo

O relator acatou emenda do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que também foi aprovada pelo Plenário. Nela, Álvaro Dias sugere alteração dos termos do projeto para adequar as datas ao novo prazo que estará sendo concedido.

Outro projeto da pauta, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, não foi apreciado por haver sido aprovado requerimento para retirar o regime de urgência sob o qual tramitava.

Álvaro: venda das ações da Petrobras foi "sorradeira"

Senador afirma que o governo fez "um péssimo negócio para o país": vendeu até a R\$ 34,06 papel que daqui a um ano pode estar valendo R\$ 65. Segundo ele, o mercado derrubou os preços, comprou em baixa e já está ganhando

Segundo informações recebidas pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), às 11h29 de ontem, o governo vendeu 31,7% de suas ações ordinárias da Petrobras, 60% delas na Bolsa de Nova York. Autor do projeto que proibia a venda de ações da empresa que excedessem o mínimo necessário para garantir o controle da União, o senador considerou a operação "sorradeira" e "um péssimo negócio para o país".

Com a venda, o projeto, que constava da pauta de votações de ontem, tornou-se "inócuo", conforme o senador, e teve sua votação adiada para a próxima sessão deliberativa, em 12 de setembro.

Na opinião de Álvaro Dias, a venda impõe ao país um prejuízo "superior ao causado pelo juiz Nicolau dos Santos Neto e sua quadrilha". O governo vendeu as ações a R\$ 43 cada, sendo que os investidores que obtiveram desconto de 20% pagaram R\$ 34,06. O total auferido pela União foi de R\$ 7.269.447, a serem utilizados no abatimento da dívida pública. Duzentos e poucos investidores adquiriram



Álvaro Dias é autor do projeto que proíbe a venda das ações da Petrobras em mãos do governo

60% das ações vendidas, que, segundo especialistas do mercado, estarão valendo R\$ 65 cada uma no ano que vem. "O mercado foi esperto: derrubou o preço das ações, comprou em baixa e em poucas horas já está ganhando", disse.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), apartou o senador paranaense para dizer que tinha em mãos procuração datada de 13 de agosto de 1987, assinada por Álvaro Dias como gover-

nador do Paraná, autorizando a venda de ações da Petrobras em mãos do governo estadual. Acrescentou que os números apresentados por Álvaro Dias estariam equivocados.

Em resposta, o senador afirmou que os números eram do próprio governo, que o argumento do líder não fazia jus à sua inteligência, que a venda daquelas ações não colocava em risco o controle da União sobre a Petrobras e que os recursos foram aplicados na capitalização do Banco do Estado do Paraná.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), por sua vez, considerou "uma contradição brutal" de Álvaro Dias apresentar o projeto proibindo que a União vendesse suas ações da Petrobras quando ele próprio o fez. "Não há termos de comparação", rebateu o ex-governador, argumentando que o governo do Paraná não era detentor do patrimônio da empresa e não passava de um "acionista insignificante", além de a venda ter sido na verdade uma substituição, de uma empresa pública a outra.

Operação provoca debates no Plenário

A operação de venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrobras, realizada pelo governo, gerou polêmica no Plenário. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse sentir-se, como cidadão brasileiro, "roubado com essa negociata". Ele propôs uma avaliação precisa do prejuízo que o país teria, a seu ver, sofrido, "para demonstrar quantos Lalaus e Eduardos Jorges nos custam a falta de patriotismo e o entreguismo do governo Fernando Henrique".

Roberto Saturnino (PSB-RJ), dizendo-se consciente de que proferia "palavras ao vento", registrou seu protesto com uma advertência: a cada decisão do gênero que o governo toma, ignorando a vontade popular e o Congresso, cai não só a credibilidade do presidente da República, mas também a das instituições democráticas. Geraldo Cândido (PT-RJ) alertou que a venda das ações seria uma tática para privatizar a empresa. O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), concordou com o adiamento da apreciação da matéria dizendo que "a discussão tornou-se acadêmica".

Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que a operação é reveladora da natureza do atual governo, que esta-

ria abrindo mão de "um potencial gigantesco" por um montante que, segundo disse, não cobriria o pagamento de 15 dias de juros e serviços da dívida pública. Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou totalmente inadequada a ação do governo de impedir e adiar a votação do projeto de Álvaro Dias e, ao mesmo tempo, acelerar a venda das ações da Petrobras.

Para José Eduardo Dutra (PT-SE), a decisão do governo "confirma a omissão do Congresso Nacional". Ele destacou que o projeto de Álvaro Dias modificava o Programa Nacional de Desestatização (PND), "que tem um DNA": surgiu de medida provisória apresentada no primeiro dia de governo do presidente Fernando Collor de Melo.

Na avaliação de Bello Parga (PFL-MA), no entanto, "o governo agiu bem e deveria tê-lo feito antes". Ele contestou Álvaro Dias dizendo ser uma "heresia financeira" afirmar que as ações de uma empresa cotadas em bolsa influem no resultado financeiro da empresa. E perguntou: "A participação do Estado brasileiro nas ações da Petrobras lhe davam um total de R\$ 6,218 bilhões. A venda de apenas 31,7% delas rendeu R\$ 7 bilhões. Qual o

prejuízo financeiro?" Outro argumento do senador foi o de que, como ativos, as ações rendiam muito menos do que as despesas com o passivo da dívida pública federal.

Admir Andrade (PSB-PA) contestou Bello Parga afirmando que o governo vende patrimônio público há seis anos e que, nesse mesmo período, a dívida saltou de R\$ 60 bilhões para mais de R\$ 500 bilhões. José Alencar (PMDB-MG) também contestou o argumento de Bello Parga. Segundo disse, a Petrobras tem programa de investimentos da ordem de US\$ 6 bilhões ao ano nos próximos seis anos e a expectativa do mercado é de alta valorização.

Pedro Simon (PMDB-RS) encerrou o debate perguntando aos senadores presentes se a operação teria ocorrido "com um parlamento que tivesse respeito por si próprio". Ele considerou a atitude do governo "uma ridicularização do Congresso" e estranhou que o presidente do Senado, "tão cheio de vigor na defesa do Congresso Nacional", tenha achado a operação natural. "Que tipo de relacionamento é este entre o Executivo e o Congresso?", questionou.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2000

1

Parecer nº 825, de 2000. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Conclusões que encaminha a respeito das propostas da comissão especial criada na Câmara dos Deputados para adequação do texto do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que institui o Código Civil, em face das alterações legais aprovadas durante o curso de sua tramitação.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resultado: Aprovada em segundo turno. Votaram: sim: 67 não: 02 abs.: 00 total: 69. Lido e rejeitado requerimento do senador Roberto Requião, de destaque para votação em separado do art. 3º. Votaram: sim: 12 não: 53 abs.: 0 total: 65. À promulgação.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (nomeação de auditor para o Tribunal de Contas da União).

Resultado: Aprovada em segundo turno. Votaram: sim: 67 não: 00 abs.: 00 total: 67. À Câmara dos Deputados.

4

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2000. Presidente da República. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.

Resultado: Lido e aprovado requerimento de líderes, solicitando a extinção da urgência para a matéria. A matéria volta à sua tramitação normal e vai à CCI.

5

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2000. Reabre o prazo de opção ao Refis.

Resultado: Lida a Emenda nº 1-Plen. Aprovados o projeto e a emenda. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

6

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999. Senador Álvaro Dias. Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

Resultado: Encerrada a discussão. Apreciação sobrestada, devido ao término do tempo regimental da sessão.

7

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997. Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

Resultado: Apreciação sobrestada.

8

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996. Senador Odacir Soares. Restringe o uso de capuz em operações policiais.

Resultado: Apreciação sobrestada.

9

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999. Renova a concessão da Rádio Paulista OM (Pernambuco).

Resultado: Apreciação sobrestada.

10

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000. Outorga permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda. para explorar rádio FM em Barra do Garças (MT).

Resultado: Apreciação sobrestada.

11

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000. Outorga permissão à Rádio Novo Horizonte FM Ltda., de Ibatiguara (AL).

Resultado: Apreciação sobrestada.

12

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000. Outorga permissão à Chapadão Radiodifusão FM Ltda., de São Roque de Minas (MG).

Resultado: Apreciação sobrestada.

13

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000. Outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicações FM (MT).

Resultado: Apreciação sobrestada.

14

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000. Outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí para explorar rádio FM em Jataí (GO).

Resultado: Apreciação sobrestada.

15

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000. Outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, estado do Rio Grande do Norte.

Resultado: Apreciação sobrestada.

16

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995. Senador Pedro Simon. Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Resultado: Apreciação sobrestada.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CI quer providências contra vazamentos de óleo

As medidas são sugeridas no relatório aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre as investigações a respeito do acidente na Refinaria Duque de Caxias, que atingiu a baía de Guanabara em janeiro deste ano

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou por unanimidade o relatório final da subcomissão temporária que investigou o vazamento de óleo na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras, poluindo a baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. O relator, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), anunciou que vai encaminhar a documentação ao Ministério Público Federal para que aprofunde as investigações e tome providências no sentido de que sejam cumpridas todas as recomendações do relatório, entre as quais a imediata realização de auditoria ambiental independente em toda a Reduc.

— Vou entregar pessoalmente o relatório ao Ministério Público para que adote as providências legais — informou Geraldo Cândido, acrescentando que a documentação também será encaminhada aos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, além da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro. O vazamento de óleo, o segundo maior da história da baía de Guanabara e o quinto provocado pela Petrobras em quatro anos, ocorreu em janeiro último. Foram

derramados 1,292 milhão de litros de petróleo.

O relatório final, de 60 páginas, aprovado pela comissão, recomenda várias providências a serem adotadas pela Petrobras para evitar novos acidentes. A primeira é a adaptação de todas as instalações e métodos operacionais às exigências das leis ambientais em vigor.

Geraldo Cândido, no relatório, acusou a Petrobras de ser “negligente” em relação à política ambiental do país. Afirmou também que a empresa não possui licenciamento ambiental para todas as unidades do complexo da Refinaria de Duque de Caxias. Para o senador, a tragédia da baía de Guanabara poderia ter sido evitada caso tivessem sido cumpridas as normas de controle ambiental. “Foi uma seqüência de falhas da Petrobras e dos órgãos de fiscalização e controle”, avaliou o senador.

O relatório recomenda ainda, no âmbito da Petrobras, a elaboração, revisão e atualização dos planos de emergência e de contingência, a definição e implantação de uma política de investimentos no setor ambiental e a revisão da política de terceirização de serviços e de re-



Mais de 1,2 milhão de litros de petróleo foram derramados no início do ano na baía da Guanabara. O óleo era de refinaria da Petrobras

dução de pessoal. Além disso, a urgente implantação de sistemas automatizados de controle das operações de condução e de bombeamento dos produtos transportados pelos dutos.

Com relação ao fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização ambiental, o relatório de Geraldo Cândido pede mais recursos

para pesquisa e capacitação técnica, a realização de concurso público com vistas à formação de quadros técnicos especializados e o reaparelhamento das atividades de controle e fiscalização, incluindo a melhoria das instalações e a compra de equipamentos.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) aplaudiu o relatório

produzido por Geraldo Cândido e observou que o Senado não pode ficar alheio à degradação ambiental. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu ações concretas para evitar novos vazamentos. Já o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse que o relatório expressa o desejo de toda a sociedade.

Telefone para denúncias sobre roubo de cargas

Quem tiver informações sobre o roubo ou extravio de cargas poderá telefonar para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o assunto. O número do telefone é 0800-612211. A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer parte do Brasil. Quem ligar terá assegurado o anonimato, se desejar.

A CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), é encarregada de apurar em todo o país o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Senadores viram prejuízos ecológicos de perto

A subcomissão temporária destinada a investigar as seqüências para o meio ambiente do vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no estado do Rio de Janeiro, foi criada em fevereiro deste ano. Presidida pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), a subcomissão realizou várias audiências com autoridades e técnicos. Os senadores chegaram a visitar o local do acidente para ver de perto os prejuízos provocados pelo acidente.

O relatório final do senador Geraldo Cândido apresentou recomendações para o estabelecimento de providências institucionais preventivas por parte da Petrobras, “responsável pelos danos causados ao meio ambiente”, além de solicitar ao governo federal destinação de maiores recursos para a consolidação da política nacional de meio ambiente.

A presidente da Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), avaliou positivamente o trabalho realizado pelos senadores. “Fizemos uma profunda análise dos fatos que geraram a tragédia e apresentamos sugestões e recomendações, em bases técnicas, para que fatos como o da baía de Guanabara não ocorram mais”, opinou.



Geraldo Lessa foi presidente da subcomissão que investigou o acidente em refinaria da Petrobras

Subcomissão para acidentes ambientais é proposta

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado poderá criar subcomissão permanente destinada a estudar a poluição, o desmatamento e a preservação dos mananciais, além de acompanhar os desastres ambientais, como o ocorrido na baía de Guanabara devido ao derramamento de óleo de refinaria da Petrobras. A sugestão é do senador Geraldo Cândido e deverá ser colocada em pauta na próxima reunião da comissão.

Geraldo Cândido entende que a subcomissão permanente será um forte instrumento para alertar as autoridades sobre os perigos da poluição ambiental. Como exemplo, ele citou a situação da baía de Vitória, no Espírito Santo, que enfrenta sérios problemas ambientais em virtude da po-



Geraldo Cândido: subcomissão permanente é necessária para propor soluções

luição causada por indústrias.

— É necessário que se crie uma subcomissão permanente com amplos poderes para tratar de todos os problemas ligados ao meio ambiente e propor soluções — defendeu.

Procuradores criticam demora do Banco Central

Membros do Ministério Público dizem à Subcomissão do Judiciário que as investigações sobre irregularidades nas obras do TRT-SP têm sido prejudicadas pelo BC, de quem cobram rapidez e o rastreamento mais amplo das contas bancárias

Maior rapidez no repasse de informações colhidas pelo Banco Central e a quebra do sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira foram as principais reivindicações apresentadas ontem à Subcomissão do Judiciário pelos cinco procuradores da República que prestaram depoimento a respeito das investigações sobre a liberação de recursos para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP).

Os procuradores criticaram o rastreamento feito até agora pelo Banco Central nas contas das empresas e pessoas envolvidas no desvio de R\$ 169 milhões dos cofres públicos, durante a construção do fórum trabalhista de São Paulo. De acordo com os depoentes, a operação tem sido demorada e incompleta. Até o momento, afirmaram, só estão rastreados os cheques que transitaram dentro do grupo Monteiro de Barros – res-



Luiz Francisco, Janice, Maria Luiza, Isabel, Renan Calheiros, José Jorge e Schelb, durante o depoimento à subcomissão

ponsável pela construção do prédio – e ainda não se chegou a quem recebeu os recursos desviados.

– Essa é uma forma de rastreamento inexplicável, porque se interrompe nas contas do grupo Monteiro de Barros e não prossegue. Para se obter a prova do desvio, é preciso que se siga o caminho dos recursos até que eles tenham saído do grupo – afirmou a procuradora Isabel Groba, que

participa das investigações em São Paulo juntamente com as procuradoras Janice Ascari e Maria Luiza Duarte, também presentes ao depoimento ao lado dos procuradores Guilherme Schelb e Luiz Francisco de Souza, que trabalham em Brasília.

Os procuradores informaram que as investigações sobre a eventual participação de Eduardo Jorge na liberação de recursos para

a obra do TRT começaram há apenas um mês. Maria Luiza Duarte e Isabel Groba disseram que a quebra de sigilo bancário do ex-secretário poderia ajudar nas investigações. Luiz Francisco, por sua vez, disse esperar que a eventual quebra de sigilo a pedido da subcomissão, sem necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), possa tornar-se norma a partir de agora. “Torço para que esse precedente seja bem acatado pelo Supremo Tribunal Federal”, afirmou o procurador.

Embora ressalvando que as investigações sobre Eduardo Jorge “estão apenas começando”, o procurador Guilherme Schelb definiu para os senadores as linhas de trabalho adotadas até o momento pelo Ministério Público. Entre elas, a análise do que chamou de “fortes indícios” de tráfico de influência no caso do TRT, a adoção de critérios políticos para a nomeação de juízes para o tribunal, as ligações do ex-secre-

tário com o ex-juiz foragido Nicolau dos Santos Neto – apontado como principal responsável pelo desvio de recursos da obra – e o eventual enriquecimento ilícito de Eduardo Jorge. “O patrimônio dele está em descompasso com seus rendimentos”, disse Schelb.

O procurador informou que estão sendo investigados casos de eventual tráfico de influência de Eduardo Jorge em empresas dos ramos de informática, agropecuária e seguros, além de fundos de pensão ligados a empresas estatais. Ele citou o caso do frigorífico Chapecó, de Santa Catarina, que teria recebido empréstimo de R\$ 51 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem garantias, depois de um telefonema do ex-secretário-geral da Presidência da República ao então presidente do banco. “Existem indícios de que Eduardo Jorge intercedeu pessoalmente junto a André Lara Resende”, completou Schelb.

José Jorge quer buscar entendimento com o BC

O relator da Subcomissão do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), colocou-se ontem à disposição dos cinco procuradores que prestaram depoimento sobre o desvio de recursos para a obra do fórum trabalhista de São Paulo, para buscar um entendimento com



O BC “deve acompanhar cada depósito”, na opinião de José Jorge

o Banco Central a respeito do rastreamento de recursos que saíram dos cofres públicos para o grupo responsável pela construção do prédio.

– Vamos nos engajar nesse processo, no que talvez seja o principal ponto de colaboração da subcomissão, porque é preciso que o Banco Central acompanhe cada um desses depósitos – afirmou José Jorge.

O senador alertou, porém, que técnicos do BC muitas vezes alegam que os pedidos de quebra de sigilo das pessoas investigadas não são detalhados ou foram alterados pela Justiça depois que as investigações já haviam sido iniciadas.

José Jorge perguntou se as in-

vestigações do Ministério Público se estenderiam à maneira pela qual foram incluídas no Orçamento da União verbas para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A procuradora Maria Luiza Duarte respondeu que o tema estaria incluído nos próximos passos

dos trabalhos. “Precisamos saber como essas verbas jorraram tão copiosamente”, afirmou.

O relator questionou a procuradora Janice Ascari a respeito de uma declaração feita na semana passada por Eduardo Jorge, segundo a qual ela não havia encontrado nenhum indício de participação sua na liberação de recursos para o TRT, apesar de já estar investigando o assunto há um ano.

– O procedimento criminal para investigar a participação de Eduardo Jorge foi instaurado há menos de um mês, e o Ministério Público não pode dizer se alguém está ou não envolvido antes das diligências investigatórias – observou Janice Ascari.

Depoentes afirmam que reuniões com parlamentares são parte de seu trabalho

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), vice-presidente da Subcomissão do Judiciário, pediu aos procuradores responsáveis pelas investigações do escândalo do TRT-SP que esclarecessem a onda de acusações feitas contra eles, principalmente em relação à reunião realizada no gabinete do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), com senadores de oposição. Jefferson quis saber dos procuradores se o encontro, apesar de público, não feriu a Lei Orgânica do Ministério Público.

O procurador Guilherme Schelb explicou que esse tipo de encontro é parte do trabalho do MP. Ele disse que há contatos até mesmo com réus para obter informações. O procurador disse que recebeu um convite para reunião com membros da subcomissão do Senado. Segundo ele, o mesmo aconteceu durante os trabalhos da CPI dos Bancos, no ano passado, a convite do presidente e do vice-presidente daquela CPI, senadores Bello Parga (PFL-MA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Jefferson Péres concordou que toda investigação do MP deve ser



Jefferson deu aos procuradores a chance de explicar por que se encontraram com senadores de oposição

pública, salvo na existência de informações protegidas por sigilo legal. O senador também questionou se os procuradores admitiam o erro de terem vazado informações para a imprensa. Segundo Schelb, a atual estrutura da procuradoria é insuficiente para investigações de maior vulto e alta complexidade. Ele lembrou que a imprensa acaba conseguindo informações mais rapidamente do que o MP, que é obrigado a requisitá-las.

A visita de Eduardo Jorge ao Ministério da Justiça também foi

abordada por Jefferson Péres, uma vez que o ex-secretário-geral da Presidência da República disse à subcomissão que esteve no ministério para tratar do “interesse público”.

Guilherme Schelb afirmou que o secretário-executivo do ministério, Antônio Augusto Anastasia, informou que Eduardo Jorge esteve no ministério para conhecer a situação do sistema de informática montado para o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan), sem, no entanto, ter feito qualquer pedido para que fosse realizada uma licitação. Em reunião anterior, conforme relato atribuído a Anastasia, Eduardo Jorge Caldas Pereira havia sugerido a contratação da empresa Montreal.

Para o procurador, a retirada do Serpro como prestador de serviços para o Ministério da Justiça foi um ato de improbidade administrativa dos mais graves, pois os servidores que criaram o sistema na empresa aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) e montaram a Montreal que, em seguida, passou a prestar o mesmo serviço ao Ministério da Justiça.

Investigações sobre TRT-SP começaram em 1998

A informação foi dada ontem pela procuradora Maria Luiza Duarte à Subcomissão do Judiciário, que apura a liberação de verbas para a obra superfaturada do fórum trabalhista de São Paulo. Outros quatro procuradores também foram ouvidos

Ao recordar que o primeiro inquérito para apurar o superfaturamento das obras do fórum trabalhista de São Paulo foi instalado em maio de 1997, a procuradora Maria Luiza Duarte disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) não se empenhou, no momento oportuno, em interromper o desvio de recursos públicos.

— O TCU deu aval à continuidade da construção e não tomou nenhum procedimento efetivo de apuração — observou Maria Luiza Duarte, que traçou um histórico do acompanhamento do caso pelo Ministério Público Federal. “Nós nos deparamos com uma situação em que, embora a obra fosse espúria, contava com a chancela do tribunal”, lamentou.

A procuradora recordou que, em agosto de 1998, o Ministério Público ajuizou ação cautelar vitoriosa para que fosse determinada a suspensão de pagamentos à construtora Ikal. Outra ação, enumerou, pedia o ressarcimento aos cofres públicos do dinheiro desviado. Ação civil pública, disse ainda a procuradora, solicitou naquele mesmo ano a quebra do sigilo bancário da Ikal. “Mas até hoje o rastreamento parcial do Banco Central vem dificultando a apuração”, disse.

Ao apresentar as providências criminais adotadas pelo Ministério Público, a procuradora Janice Ascari registrou que as investigações tiveram início após a chegada de carta rogatória do procurador-geral do cantão de Genebra, na Suíça, que relatava a realização pelo ex-juiz Nicolau dos Santos Neto de operações de lavagem de dinheiro. De acordo com a procuradora, o Ministério Público produziu cópias da carta e passou a investigar o assunto.

Até o momento, porém, apenas US\$ 3 milhões das contas de Nicolau na Suíça estão bloqueados. Janice Ascari sugeriu ao relator da subcomissão, senador José Jorge (PFL-PE), que o país ratifique rapidamente tratados internacionais de cooperação mútua na área de combate ao crime. “Os delitos, como os ligados ao narcotráfico, ao contrabando de armas e à lavagem de dinheiro, são cada vez mais transnacionais”, observou.

SIMON PERGUNTA SE RASTREAR VERBA É DIFÍCIL

As dificuldades em rastrear os recursos desviados da obra do TRT-SP foram levantadas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) em questionamentos aos procuradores federais que investigam o caso. A procuradora Maria Luiza Duarte explicou que os valores desviados e os bens adquiridos com esse dinheiro estão em outros países e que o Brasil não tem recursos para rastreá-los. Além disso, informou a procuradora, a maioria dos países que recebem os recursos ilícitos possui leis de proteção ao sigilo bancário. “A grande surpresa no caso do TRT-SP foi a Suíça, que tomou a iniciativa de seqüestrar e bloquear uma conta bancária do ex-juiz foragido Nicolau dos Santos Neto”, afirmou.

Os procuradores Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb informaram que estão recolhendo dados sobre as empresas de Eduardo Jorge e as relações com outras empresas, privadas e estatais, para serem cruzados.

ARRUDA PRETENDE OUVIR REPRESENTANTE DO BC

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou requerimento convidando Paulo Sérgio Cavalheiro, chefe do Departamento de Supervisão Direta do Banco Central, para prestar esclarecimentos sobre o rastreamento de contas e todos os fatos relacionados com sigilo bancário, já solicitados ao Ministério Público e autorizados pelo Poder Judiciário. O senador disse entender que o Banco Central tem boa vontade em fornecer as informações solicitadas, mas, por entender que esse é um assunto complexo, considera importante a presença desse representante do BC. O presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que o requerimento de Arruda será examinado na próxima terça-feira. Também informou que, no mesmo dia, os integrantes da comissão estão convidadas para ir a uma audiência com o presidente do Banco Central.

TÁVOLA: APURAÇÃO DEVE SER UM ESFORÇO DE TODOS

Para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), as investigações da Subcomissão do Judiciário só chegarão a termos razoáveis se houver união de esforços das pessoas interessadas na apuração. No entender do parlamentar, a qualidade dos depoimentos dos procuradores comprova a validade da apuração que vem sendo realizada e mostra a amplitude dos trabalhos.

Ele indagou aos procuradores se, assim como foram levantadas as ligações do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto para Eduardo Jorge, teriam sido verificadas ligações do mesmo suspeito para outras pessoas. A procuradora Maria Luiza Duarte respondeu que o levantamento priorizou pessoas que eram objeto de investigação da CPI do Judiciário, como Fábio Monteiro de Barros, o ex-senador Luiz Estevão e outros investigados. Mas esclareceu que essa quebra de sigilo telefônico não priorizou Eduardo Jorge.

LANDO: SOCIEDADE QUER ACABAR COM IMPUNIDADE

Observando que a sociedade quer efetivamente pôr um ponto final na impunidade e que nenhuma denúncia deve ficar sem investigação, o senador Amir Lando (PMDB-RO) perguntou aos procuradores ouvidos pela Subcomissão do Judiciário se Marcos Caldas Pereira, que assinou um parecer sobre a contratação da Incal na obra do TRT de São Paulo, era parente de Eduardo Jorge Caldas Pereira.

A procuradora Maria Luiza Duarte respondeu que esse advogado é irmão de Eduardo Jorge. Conforme os procuradores, em 1992, quando pela primeira vez o Tribunal de Contas da União apontou superfaturamento na obra do fórum trabalhista de São Paulo, três consultores deram pareceres atestando a legalidade da contratação da Incal nessa obra. Entre esses pareceristas, estava Marcos Caldas Pereira. “É interessante esse fato”, comentou Amir Lando.



Maria Luiza Duarte, Isabel Groba, Guilherme Schelb, Janice Ascari e Luiz Francisco de Souza foram questionados pelos senadores sobre as investigações

DUTRA DESTACA INTERESSE DE EX-JUIZ PELA OBRA

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que outros presidentes do TRT-SP afirmaram, na CPI do Judiciário, que o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, mesmo depois de deixar a presidência do tribunal, só pensava na obra do fórum trabalhista. Ele quis saber se os juizes afirmaram o mesmo ao Ministério Público. A procuradora Janice Ascari disse que os juizes foram unânimes em fazer essa afirmativa.

O senador também perguntou se alguma outra obra do Judiciário teve a mesma facilidade e regularidade na liberação de recursos por parte do governo federal. A procuradora Maria Luiza Duarte explicou que nenhuma outra obra obteve a mesma atenção e que, durante o primeiro ano das obras do TRT-SP, foram liberadas grandes quantias apenas contra a apresentação de recibo por parte da construtora Incal, que ainda nem tinha a propriedade do terreno.

MARINA ELOGIA CORREÇÃO DOS PROCURADORES

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a correção e honestidade dos procuradores encarregados da investigação do desvio de verbas da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. “Para sermos justos, temos que nos afastar do nosso interesse pessoal”, disse ela. Para justificar a afirmação, lembrou que o procurador Luiz Francisco de Souza quase acabou com o PT no Acre e com sua carreira política em um processo envolvendo questão ambiental, mas foi correto e justo. “É esse distanciamento que vejo nesses procuradores jovens e corajosos”, assinalou Marina.

HELOÍSA PEDE ENVIO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Ao solicitar detalhes dos indícios que levaram à instauração de inquérito sobre a atuação do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) soube, pela procuradora Janice Ascari, que muitas informações estão sendo mantidas em sigilo, e apresentou requerimento para que sejam encaminhadas à subcomissão.

Heloísa Helena perguntou se existem indícios de tráfico de influência feito por Eduardo Jorge. O procurador Guilherme Schelb afirmou que há fortes indícios da existência de atos que podem extravasar o limite de lobby na administração pública federal, envolvendo Eduardo Jorge. Como exemplo, citou intercessão pessoal de Eduardo Jorge junto ao BNDES para liberação de empréstimo de US\$ 51 milhões ao frigorífico Chapecó e a ingerência na indicação de nomes para dirigir fundos de pensão.

LOBÃO: BASE DO GOVERNO NÃO DESMERECE DEPOENTES

O senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou-se durante reunião da Subcomissão Permanente do Judiciário para garantir que os senadores que compõem a base de apoio ao governo não pretendem “desmerecer, nem constringer” os procuradores chamados a prestar depoimento.

Na oportunidade, ele referiu-se a denúncia apresentada pelos procuradores Guilherme Schelb e Luiz Francisco de que haveria indícios de irregularidades em empréstimo concedido pelo BNDES ao frigorífico Chapecó. Lobão disse que a operação possibilitou o saneamento da empresa e salvou os empregos de quatro mil pessoas, evitando o estabelecimento de uma crise social.

Comissão aprova plebiscitos sobre criação de novos estados e territórios

A proposta é do senador Mozarildo Cavalcanti e prevê o desmembramento do Pará, Mato Grosso e Amazonas. Foi também criada subcomissão para estudar a redivisão territorial do Brasil

Três projetos de decreto legislativo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que convocam plebiscitos sobre o desmembramento dos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas receberam ontem pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão também aprovou requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que propõe a criação de subcomissão temporária interna, com nove titulares e nove suplentes, para estudar, durante 180 dias, a redivisão territorial do país.

Relatores das propostas de criação dos estados do Tapajós (Pará) e do Araguaia (Mato Grosso), os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), respectivamente, incorporaram a seus relatórios sugestões do senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do projeto de criação do estado do Solimões (Amazonas).

Jefferson Péres propôs que, ao invés de um novo estado a partir do desmembramento do Amazonas, sejam criados três territórios federais, sob o argumento de que essa forma seria menos onerosa para os novos entes federativos. Ele

Mozarildo: redivisão territorial é novo momento para o Brasil

Em discurso no Plenário, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que a decisão adotada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar três projetos de sua iniciativa, significa o início de "um novo momento na redivisão territorial do Brasil".

Se o Plenário do Senado confirmar a votação favorável da CCJ, as populações dos estados atingidos serão convocadas para dizer em plebiscito se querem a criação de três territórios, a partir de municípios que integram o Amazonas, e dos estados do Tapajós, formado por municípios do oeste do Pará, e Araguaia, no norte de Mato Grosso.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA
Mozarildo destacou tam-



A CCJ durante a reunião sobre a instituição de novas unidades da Federação

também muda o prazo da consulta popular sobre o assunto, propondo que seja realizada até seis meses após a promulgação do decreto que a convocar, e não simultaneamente às eleições municipais deste ano.

Na opinião do senador Mozarildo Cavalcanti, a tramitação dos projetos não entra em conflito com a subcomissão criada para examinar a redivisão territorial do Brasil. "Não queremos criar ou dividir nenhum estado, apenas ouvir a população sobre essa possibilidade", explicou. Os projetos serão agora submetidos ao Plenário.



Mozarildo é autor dos projetos que prevêem a realização de plebiscitos sobre novos estados

bém a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) criando subcomissão temporária interna para estudar, em 180 dias, a redivisão territorial do país.

Congresso Nacional pode ter o número de sessões reduzido

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional. As reuniões se restringiriam à votação e exame dos atos de natureza política de competência conjunta da Câmara e do Senado, como a promulgação de emendas à Constituição e posse do presidente e vice-presidente da República.

Outra proposta aprovada pela CCJ refere-se à criação de mais 300 cargos de procurador do Ministério Público da União (MPU). Em seu parecer, o senador Lúcio Alcântara apoiou a ampliação da estrutura do MPU, "instituição indispensável à defesa da sociedade, do estado de direito e da moralização administrativa", justificou.

Ainda em decisão não definitiva, a CCJ aprovou projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que substitui o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na atualização dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), votou igualmente pela constitucionalidade e juridicidade de emenda do senador Jorge



Lúcio Alcântara pretende que o Congresso se reúna apenas para atos de natureza política

Bornhausen (PFL-SC) ao projeto, fixando que a mudança de índices conste de aditivos contratuais.

Antes de seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto da Câmara que dispensa as instituições religiosas de recolherem contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a padres e pastores foi igualmente aprovado. O relator foi o senador Pedro Simon (PMDB-RS). A comissão deu também o voto favorável, em turno suplementar, a projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que altera o Código de Trânsito Brasileiro, permitindo ao motorista com habilitação na categoria "B" conduzir carros com trailers acoplados.



Edison Lobão preparou relatório favorável à indicação do general do Exército Expedito Miranda

Expedito Miranda deve ser novo ministro do STM

Foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) relatório favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) à indicação do general-de-exército Expedito Hermes Rego Miranda para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Atual chefe do Estado-Maior do Exército, o general vai ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro José Sampaio Maia.

Durante a leitura de seu relatório, Edison Lobão citou os diversos cargos de comando exercidos no Exército e as comendas recebidas das Forças Armadas brasileiras e estrangeiras por Miranda. "Trata-se de um candidato cuja atuação profissional o credencia ao perfeito desempenho do cargo", disse o relator.

A exemplo de Lobão, outros senadores presentes à sessão optaram por comentar o perfil profissional a sabatinar o futuro ministro do STM. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o general Expedito Miranda sempre se pautou "pelo respeito à hierarquia militar e ao senso de justiça", o que o credenciaria para o cargo. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) exaltou a postura de "consenso e equilíbrio" demonstrada pelo candidato ao exercer importantes cargos durante sua carreira.

Enquanto o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou o "espírito humanitário e de nacionalidade" exibido por Miranda no Comando Militar do Oeste, Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que "o exercício da função judicante irá engrandecer sua biografia". O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) regozijou-se com a indicação, revelando "apreço e admiração" pela atuação do STM. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), encerrou a reunião desejando sucesso ao general em sua nova missão.

Senadores aprovaram duas PECs na semana

Plenário também apreciou, entre outros projetos, o que faculta ao cidadão acesso a informações sobre os atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados, Distrito Federal e municípios

As votações do Senado ao longo desta semana foram marcadas pela aprovação de duas propostas de emenda constitucional (PECs) — uma aumentando o volume de recursos hoje aplicados em saúde, outra facilitando a nomeação de auditores para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. O Senado aprovou também definitivamente projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que faculta ao cidadão acesso a informações sobre os atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados, Distrito Federal e municípios. Falta agora a Câmara votar o projeto.

O texto garante acesso a informações detalhadas, que permitam ao cidadão analisar a natureza, procedimento administrativo e os fins dos atos de gestão pública, ex-

cluídas apenas as informações de caráter sigiloso. O projeto determina também que a execução financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública deverá ser realizada em sistemas de informações integrados em bases de dados, a serem implantados em todas as esferas do governo.

Foi aprovada igualmente a programação monetária para o terceiro trimestre do ano 2000, com o relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), reconhecendo o



Projeto de Dutra torna mais transparente a gestão pública



Bello Parga aponta sucesso da política monetária do governo



Alencar quer execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União

sucesso da política monetária do governo. Ele atribuiu esse desempenho econômico ao esforço de reorganização das finanças públicas e à melhoria do saldo comercial e do ingresso de capitais estrangeiros para investimentos diretos.

Depois de longo debate em Plenário, foi devolvida à Comissão de

das emendas de parlamentares. O Senado também aprovou o texto do Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes, celebrado entre o Brasil e a Guiana.

Foi ainda aprovado projeto de lei da Câmara que reabre por 90 dias o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal das

Constituição, Justiça e Cidadania a proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que obriga a execução da programação orçamentária decorrente

Empresas (Refis). A iniciativa permitirá que um maior número de contribuintes possa renegociar seus débitos fiscais e optar pelo programa, ao qual apenas 20 mil empresas aderiram até agora.

O Senado adiou para setembro a votação da proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que estabelece a proibição de venda das ações da Petrobras que excedam o mínimo necessário para manter com o governo o controle da empresa. O projeto ainda impede a privatização da empresa e também do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Foi também decidido que o Plenário reverenciara, em data ainda a ser marcada, a memória da ex-deputada e ex-vice-governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek.

Divulgação de contas públicas pela Internet foi destaque nas comissões

O trabalho das comissões técnicas do Senado foi marcado nesta semana pela aprovação de projeto de resolução que exige o cumprimento da lei que obriga a União, estados e municípios a publicar na Internet seus orçamentos e informações financeiras, como condição para a contratação de novos empréstimos. Sugerida pela CPI do Sistema Financeiro, a iniciativa recebeu o apoio unânime dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Caso o Plenário aprove o projeto, o Executivo da União, dos estados e municípios terá que fornecer dados sobre suas contas em uma *home page* administrada pelo Tribunal de Contas, como condição para que o Senado aprove novos financiamentos. O relator da matéria na CAE, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), afirmou que a CPI do Sistema Financeiro constatou falta de empenho dos estados e municípios na divulgação de seus respectivos orçamentos e informações financeiras via Internet.

Por unanimidade, os senadores da CAE aprovaram projeto de lei da Câmara que reabre por 90 dias o prazo para adesão ao

Programa de Recuperação Fiscal das empresas, o Refis. A CAE aprovou também requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) para a realização de audiência pública sobre a *Política de Preços para a Indústria do Gás Natural*.

A Comissão de Educação aprovou projeto do ex-senador Djalma Falcão (PMDB-AL) determinando que eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos, de fabricação nacional ou estrangeira, vendidos em todo o país, venham acompanhados de um exemplar do manual de especificações técnicas traduzido em alfabeto braile, com as adaptações necessárias para a compreensão dos portadores de deficiência visual. As indústrias e os revendedores terão prazo de 18 meses para cumprir as exigências.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na terça-feira sugestão para que a Câmara retire do Código Civil qualquer referência ao processo de adoção. Assim, a idade mínima exigida de pais adotivos fica sendo 21 anos, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em caráter terminativo, a CCJ aprovou projeto do senador Ro-

meu Tuma (PFL-SP) que altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir que o motorista que tenha habilitação na categoria 'B' possa conduzir veículos com *trailers* acoplados.

A CPI mista que investiga o roubo de cargas ouviu esta semana o ex-caminhoneiro Jorge Méres, que compareceu encapuzado por temer represálias. Ele apontou o empresário William Sozza como o chefe da principal quadrilha que opera com extraviado de cargas nas rodovias do país.

Já a Subcomissão do Judiciário convidou cinco procuradores para deporem sobre a liberação de verbas para a obra super-faturada do Tribunal Regional do



CAE aprovou por unanimidade projeto da Câmara que reabre por 90 dias o prazo para adesão ao Refis

Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Decidiu também encaminhar à Mesa do Senado os requerimentos de quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, de empresas com as quais ele está relacionado e de sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) convidando o ministro Pedro Parente, chefe da Casa Civil da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o Programa IDH-14, que contempla com recursos



Rocha: convite para Pedro Parente explicar o programa IDH-14

os 14 estados mais pobres conforme o Índice do Desenvolvimento Humano da ONU. O senador quer saber do ministro os motivos pelos quais não foram incluídos no programa alguns dos municípios mais pobres do país.

Arruda registra pesar pela morte de Márcia Kubitschek

Senador relembra campanhas políticas feitas ao lado da ex-deputada e afirma que ela poderia ter chegado à Presidência da República

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) registrou ontem seu pesar pelo recente falecimento da ex-deputada federal e ex-vice-governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek, filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Conforme afirmou o parlamentar, Márcia era uma pessoa “de doce sorriso e de fraternal convivência”, que herdou do pai a força e a energia do espírito público. “A sua morte deixa uma enorme lacuna na vida política brasileira”, salientou.

José Roberto Arruda relembrou os tempos de campanha política vividos ao lado de Márcia Kubitschek, de quem foi amigo e companheiro de chapa em 1994, ressaltando as andanças pela periferia de Brasília. Ele mencionou também a indicação que o então candidato



Para Arruda, Márcia era uma pessoa “de doce sorriso e de fraternal convivência”

à Presidência Fernando Collor desejava fazer, com insistência, para colocá-la como candidata a vice. No entanto, contou o senador, Márcia declinou do convite, pois declarara seu apoio à candidatura de Ulysses Guimarães. “Desistindo de ser vice de Collor, quero frisar, ela deixou de ser presidente da República, cargo ocupado por seu

pai”, disse o senador.

O parlamentar estendeu seu pesar à família Kubitschek, revelando que o precoce desaparecimento de Márcia interrompeu um antigo projeto da ex-deputada de escrever suas memórias, sobretudo as experiências vividas ao lado do pai, inclusive no período de exílio, que durou mais de 20 anos.

Marluce Pinto aplaude mudanças no Incra e espera mais rapidez nas desapropriações

A reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em busca de maior autonomia e responsabilidade das superintendências estaduais, poderá tornar mais rápidos os processos de desapropriação, espera a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Com isso, poderá ser resolvido o problema de quase 400 mil trabalhadores rurais que querem acesso a cerca de 3 milhões de hectares de terras.

Marluce participou, no último dia 2, da posse dos três novos superintendentes nacionais e dos diretores-executivos que passarão a atender, respectivamente, as regiões Sul/Sudeste, Norte/Centro-Oeste e Nordeste.

Da estrutura anterior, a senadora explicou que o Incra manteve apenas a presidência e a procuradoria-geral. No lugar das cinco diretorias anteriores, foram criadas três superintendências nacionais: a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário, a Superintendência Nacional de Gestão Administrativa e a Superintendência Nacional de Gestão Estratégica.

Na opinião de Marluce Pinto, esses superintendentes nacionais



Marluce Pinto destaca a mudança ocorrida na estrutura do Incra

“serão elos vivos, com poderes dimensionados por regiões, com assentos definidos, em que a interlocução será possível e, quero crer, haverá maior rapidez na solução dos problemas detectados pelos cidadãos e autoridades desse imenso Brasil”.

No lugar das antigas superintendências regionais, continuou Marluce Pinto, a nova estrutura do Incra terá 29 superintendências estaduais, incluída a do Distrito Federal, sendo que os estados do Pará e de Pernambuco contarão com duas cada um: no Pará, uma em Belém e outra em Marabá; em Pernambuco, uma no Recife e outra no Médio São Francisco, na região conhecida como “Polígono da Maconha”.

Como as novas superintendên-

cias estaduais terão a função de elaborar e concluir processos de desapropriação, cabendo ao Ministério da Reforma Agrária apenas a análise final dos custos, a senadora acredita que os processos, que antes demandavam de um a dois anos de estudos e “intermináveis passeios burocráticos”, poderão ser finalizados em cerca de 120 dias, o que ela considera “um grande passo”. Outra medida positiva, no seu entendimento, é que os superintendentes estaduais, com mandato de dois anos, renovável uma vez por igual período, serão avaliados conforme contrato de gestão, “um compromisso de metas mínimas a cumprir que o superintendente assina por ocasião de sua posse”.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – A Voz do Cidadão

Leitor elogia suplemento

“Sou assinante do *Jornal do Senado* e tenho me sentido orgulhoso pela seriedade, imparcialidade e transparência com que o jornal trata das ações políticas desempenhadas pelos parlamentares do Senado Federal. Gostaria de parabenizá-los, no momento, pela obra *Histórias do Brasil*, que é publicada juntamente com aquele mencionado periódico e tem possibilitado à sociedade brasileira averiguar a impressão dessa Casa Legislativa frente à história deste país.

Marcelo Costa Fadel, Rio de Janeiro (RJ)

Informações de interesse para o trabalhador

Através do Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem, com sede em minha cidade, tive acesso às informações do *Jornal do Senado* que, muito bem editado, traz notícias de interesse da sociedade, sendo de grande importância para a classe sindical, por editar projetos de leis e emendas que refletem na vida dos aposentados e trabalhadores.

Francisco das Chagas Freire de Sousa, Areia Branca (RN)

Acompanhamento dos trabalhos do Senado

Temos grande admiração pelo *Jornal do Senado*. Trabalhamos na Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal e gostaríamos de ressaltar que esse jornal nos é de grande utilidade, pois, através dele, ficamos a par dos trabalhos realizados pelos nobres senadores.

Dagmar H. Moura, Lagoa Santa (MG)

Grandes nomes do Legislativo

Venho cumprimentá-lo pelo excelente suplemento *Histórias do Brasil*, inserido como encarte no *Jornal do Senado*, cuja excelência informativa já é de todos conhecida. O referido suplemento possui linguagem leve e simples, sem contudo deixar de transmitir um rico conteúdo de fatos de nosso passado. Verdaderamente, uma iniciativa louvável.

Aproveito para sugerir matérias sobre alguns grandes nomes do Senado do Brasil, como, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, considerado pelo Barão do Rio Branco como “o pai do parlamentarismo brasileiro”.

Gostaria de obter informações sobre o projeto *O Senado na História*.
José Roberto V. Nunes, Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian (RJ)

Jornal esclarece dúvidas

Parabenizamos pela remessa do jornal para a nossa Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Temos lido e acompanhado o trabalho do Senado pela TV Senado e na síntese diária do *Jornal do Senado*, o qual esclarece dúvidas das atividades de Plenário.

É uma satisfação recebermos um jornal tão bem diagramado e elaborado no contexto. Deixamos aqui a nossa alegria em mantermos esse contato informal com essa diretoria.

AFFABB – Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e demais Regiões

Cumprimentos pelo conteúdo

Através da presente, gostaria de parabenizá-los pelo excelente conteúdo e linha do *Jornal do Senado*. Tomei conhecimento do jornal e gostaria de ser cadastrado para recebê-lo no endereço abaixo mencionado.

Luiz Gonzaga Simon, Jacinto Machado (SC)

Aprovadas licenças de Maldaner e Mauro

O Senado aprovou pedido de licença de 120 dias do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a contar a partir de 19 de agosto, para tratar de assuntos particulares. Também foi aprovado o pedido de licença do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que vai ausentar-se por 121 dias, a partir do dia 18, também para tratar de assuntos particulares.

Fogaça e Alcântara participam de debate

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) participam hoje do encontro *Ano 2000 – o Brasil discute o Brasil*, que tem como objetivo debater as perspectivas do país para o século 21.

Eles debaterão, a partir das 15h, o tema "Uma agenda política para o Brasil". O encontro, que foi aberto quinta-feira e acaba no domingo, está sendo realizado no Hotel Nacional de Brasília.

Música clássica para os não-iniciados

Estréia neste fim de semana na TV Senado programa do senador Artur da Távola que se propõe a revelar ao público os grandes autores, obras e principais conceitos musicais

Estréia neste fim de semana na TV Senado o programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, apresentado pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). O programa tem como objetivo ampliar o conhecimento do público sobre obras, autores, orquestras, a história da música, as características e a evolução dos instrumentos, os conceitos musicais mais importantes e a relação da música com as demais artes. O programa vai ao ar sábado, às 10h, e domingo, às 18h.

Outra estréia deste final de semana é o especial produzido pela TV Senado sobre a vida e a obra de Gustavo Capanema. O documentário, que conta com a participação de Oscar Niemeyer, Francisco Weffort e Villas-Boas Corrêa, entre outros, é uma homenagem ao centenário do político mineiro, que foi ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas e se

destacou por incentivar a cultura e as artes, principalmente o movimento modernista brasileiro. O programa será exibido sábado e domingo, às 14h30 e 22h30.

No sábado e no domingo, às 21h30, será exibido o espetáculo de mímica e dança *Capivara*, da coreógrafa e dançarina Lina do Carmo, atração do Teatro Arthur Azevedo, de São Luís (MA).

Também sábado e domingo, a TV exibe o filme *Panorama do Cinema Brasileiro*, do diretor Jurandyr Passos Noronha, feito em 1968. A obra faz uma retrospectiva do cinema brasileiro desde a fase muda até o Cinema Novo. O filme vai ao ar à meia-noite.

O programa *Revista Brasília* deste fim de semana apresenta entrevista com o pioneiro e comunicador Mário Garófalo, que tem 40 anos de Brasília e uma vida inteira dedicada ao rádio.

Conta ainda a história da construção do Catetinho, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e primeira sede do governo federal em Brasília. E traz uma entrevista com o músico Reco do Bandolim, sobre o Clube do Choro, inaugurado em 1977. *O Revista Brasília* vai ao ar sábado, às 17h, e domingo, às 17h e à meia-noite.

Ainda na programação da TV Senado, uma entrevista especial, feita pelo jornalista Beto Almeida, com a filha do líder revolucionário Ernesto Che Guevara, Aleida Guevara. A médica pediatra fala sobre o pensamento político de Che Guevara na atualidade e do momento atual de Cuba. A entrevista será exibida no sábado e no domingo, às 13h30.

Durante toda a programação a TV Senado apresenta, ainda, o *Jornal do Senado*, além de entrevistas e debates com os senadores.

Marco Aurélio Mello fala sobre reforma no Poder Judiciário



O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), é o entrevistado do jornalista Fernando Cesar Mesquita no programa *Entrevista Especial*, que vai ao ar pela TV Senado no sábado e no domingo, às 11h e às 23h.

Súmula vinculante é um dos temas tratados por Mello

Eles conversam sobre a reforma do Poder Judiciário. Súmula vinculante, ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal foram alguns dos assuntos discutidos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h – *Debate* – Senadoras Maria do Carmo e Thelma Siqueira Campos falam sobre a mulher do século 21
2h – *Saúde/Unip* – Próstata – 2ª parte
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
3h30 – *Entrevista* – Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Saúde/Unip* – Próstata – 2ª parte
5h – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras – Paisagem Industrial – Betim (MG)
5h30 – *Cores do Brasil* – São Luís do Maranhão
6h – *Saúde/Unip* – Próstata – 2ª parte
6h30 – *Cidadania* – Sen. Lauro Campos e o Dep. Delfim Netto falam sobre o pensamento de Karl Marx
7h30 – *Entrevista* – Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras – Paisagem Industrial – Betim (MG)
9h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – CPI do Roubo de Cargas (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Sen. Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
19h – *Cores do Brasil* – Cerrado brasileiro
19h30 – *Cidadania* – Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa
20h30 – *Entrevista* – Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Canal Médico* – “Sopro na criança”
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – show *Antes que*

a poesia acabe

0h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – Panorama do Cinema Brasileiro

AMANHÃ

2h – *Saúde/Unip* – Pediatria
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil* – Folclore goiano
3h30 – *Entrevista* – Sen. Mozarildo Cavalcante fala sobre a CPI das ONGs
4h – *Saúde/Unip* – Pediatria
4h30 – *Jornal do Senado*
5h – *Canal Médico* – Curso Proteus – aula 2
6h – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras – Região metropolitana/Curitiba (PR)
6h30 – *Agenda Econômica* – O desenvolvimento do Brasil
7h30 – *Entrevista* – Sen. Arlindo Porto fala sobre trabalho rural
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras – Alemaes no Brasil/Pomerode (SC)
9h – *ABD no Ar* – 3º Congresso Brasileiro de Cinema – parte 2
9h30 – *De Coração* – O estado atual da cirurgia cardíaca
10h – *Quem Tem Medo de Música Clássica?* – “Júpiter”
11h – *Entrevista Especial* – Min. Marco Aurélio
12h – *Jornal do Senado*
12h30 – *Entrevista* – Sen. Lúcio Alcântara fala sobre o direito à privacidade
13h – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras – Cidade histórica/Olinda (PE)
13h30 – *Agenda Econômica* – O desenvolvimento do Brasil
14h30 – *Especial*: “Gustavo Capanema, um modernista no Ministério”
15h – *Espaço Cultural* – Coral do Senado
16h – *Canal Médico* – Diagnóstico do câncer inicial

de mama

17h – *Revista Brasília*
18h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* – “Júpiter”
19h – *Tela Brasileira* – Hermano Penna
19h30 – *Entrevista Especial* – Aleida Guevara
20h30 – *Entrevista* – Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Show *Capivara*
22h30 – *Especial*: “Gustavo Capanema, um modernista no Ministério”
23h – *Entrevista Especial* – Min. Marco Aurélio
0h – *Redescoberta do Cinema Nacional* – Panorama do Cinema Brasileiro

DOMINGO

2h – *Saúde/Unip* – Alimentação das crianças – parte 1
2h30 – *Jornal do Senado*



TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Viana saúda marcha e cobra mais atenção às trabalhadoras rurais

O senador Tião Viana (PT-AC) fez uma homenagem à Marcha das Margaridas, que chegou ontem a Brasília. A marcha foi organizada pelo Movimento Nacional de Mulheres do Campo, cujas líderes se encontraram com diversas autoridades – entre as quais, o presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães.

– Essa marcha demonstra a revolta e a indignação das trabalhadoras rurais pela demora dos ajustes sociais que possam garantir melhores condições de vida para as mulheres que vivem no campo – afirmou o parlamentar, que disse esperar que a marcha resulte em gestos de sensibilização para garantir as condições que a brasileira moradora de regiões rurais merece.

A marcha homenageia Margarida Maria Alves, morta na Paraíba no dia 12 de agosto de 1983. Até hoje, os assassinos de Margarida Alves não foram punidos, segundo informações do senador. Tião Viana lembrou que as mulheres correspondem a 48% da população do campo e a 36% da população economicamente ativa no mercado rural. Mas, apesar disso, lembrou ele, são alijadas de seus direitos pelos executores de polí-

ticas públicas.

De acordo com dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), apenas 12,6% dos assentados pela reforma agrária são mulheres, assim como apenas 7% dos beneficiados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “Os bancos exigem mais garantias quando fazem empréstimos a mulheres, por considerarem negócios de maior risco”, afirmou o senador.

Tião Viana destacou ainda que faltam serviços médicos e informações sobre saúde sexual para as trabalhadoras do campo.



Segundo dados da Contag citados por Tião Viana, só 12,6% dos assentados no país são mulheres

Senador pede apoio a projeto que regula política de sangue

A aprovação de projeto que regulamenta a coleta, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados foi defendida pelo senador Tião Viana. Ele informou que o projeto tramita no Congresso desde 1991 e que agora está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Se for aprovado, inclusive com as quatro emendas que o senador apresentou, garantirá, em cinco anos, a auto-suficiência do Brasil no setor, evitando gastos de R\$ 120 milhões pelo Ministério da Saúde com importação de hemoderivados.

O relator da matéria na comissão, Geraldo Althoff (PFL-SC), é favorável ao projeto e às emendas. Entre as emendas apresentadas por Viana, está a determinação de que o doador e o receptor devam

ser informados sobre o procedimento de doação. O senador disse esperar que a matéria seja votada pelo Plenário do Senado até outubro, destacando a importância do tema e o fato de a matéria ainda não estar regulamentada.

– O sangue é um dos produtos mais caros no mercado internacional. Um litro custa US\$ 70 – afirmou o senador Tião Viana, que chamou atenção também para as dificuldades que o Brasil tem no armazenamento de plasma.

O projeto instituindo a política nacional de sangue e hemoderivados foi apresentado pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) em 1991. Em 1995, a Câmara dos Deputados aprovou substitutivo do ex-deputado Sérgio Arouca sobre o assunto e que será agora examinado pelo Senado.

Valadares quer outra CPI para investigar Judiciário

Para o senador, irregularidades atribuídas à Justiça do Rio seriam uma demonstração da necessidade de nova comissão de inquérito

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) quer a instalação de uma nova comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades no Judiciário porque, segundo ele, as denúncias contra juízes da Justiça Federal aumentam a cada dia. Valadares citou reportagem publicada pela revista *Veja* sobre decisões judiciais irregulares no Rio de Janeiro em favor de instituições financeiras.

– Já houve denúncias de irregularidades sobre antecipações de tutela, beneficiando credores do governo do Rio de Janeiro que não preenchem os pré-requisitos da le-



Valadares defende a instalação da CPI após as eleições, mas a coleta de assinaturas desde já

gislação. Agora surgem, também no Rio, casos de precatórios irregulares, para favorecer bancos e

financeiras. Entendo que uma CPI não poderia ser instalada agora, em função das eleições de outubro, mas devemos coletar as assinaturas de imediato – afirmou.

Antonio Carlos Valadares divulgou, ainda, carta do governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, que agradece ao Senado pela rolagem da dívida mobiliária do estado, de quase R\$ 1 bilhão, que vinha estrangulando as finanças estaduais. Segundo Valadares, o governador lhe escreveu para agradecer sua colaboração pessoal no processo, que garantiu a Alagoas a oportunidade de alongar o perfil da dívida.

Casildo Maldaner elogia Mesa por pedir informações sobre obras inacabadas

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou iniciativa da Mesa do Senado, que enviou ofício aos tribunais de contas da União e dos estados solicitando informações sobre as 2.214 obras públicas inacabadas, espalhadas por todo o país. O ofício, lembrou o senador, baseou-se em parecer da Comissão Especial Externa do Senado, criada em 1995 para fazer esse levantamento e da qual foi o relator.

Para Maldaner, tendo em vista o volume dos recursos públicos tragados pelas obras inacabadas, o desvio de verbas do Tribunal Regional

do Trabalho de São Paulo representa uma “gota d’água no oceano”.

– O conjunto dessas obras representa um prejuízo de mais de R\$ 15 bilhões, conforme parecer que apresentei, depois de a comissão percorrer cerca de 30 mil km em todo o território nacional.

Maldaner explicou que, com base nos dados que os tribunais de contas enviarão, a Co-



Maldaner: dados vão municiar o governo e a Comissão de Orçamento

missão Mista de Orçamento do Congresso e o Ministério do Planejamento terão condições de avaliar o que vem acontecendo com as obras inacabadas a partir de 1995.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA), que foi vice-presidente da comissão especial, lembrou que o TCU recebeu

uma cópia do parecer apresentado por Maldaner, na época.

ACM vai à Argentina antes do fim do ano

O senador Antonio Carlos Magalhães vai à Argentina antes do fim do ano, depois da realização das eleições municipais de outubro, atendendo a convite oficial. A notícia foi confirmada ontem durante reunião com o presidente do Senado da Argentina, José Genoud.

Recebido por Antonio Carlos em seu gabinete, acompanhado por Roberto Iglesias, governador da província de Mendoza, e pelo embaixador da Argentina no Brasil, Juan Jorge Uranga, José Genoud esclareceu que o presidente Fernando de la Rúa as-

ACM recebeu o presidente do Senado da Argentina, José Genoud



sociava-se ao Senado argentino no interesse de receber a visita de Antonio Carlos.

Um dos pontos consensuais da conversa foi a necessidade de que os dois países deem ênfase aos pontos de afinidade entre seus governos e povos, buscando com isso também resguardar-se dos maus efeitos das práticas

predatórias que caracterizam a globalização da economia:

– Nesse mundo globalizado, de economia cada vez mais agressiva, se não tivermos defesa, toda a América Latina vai embora – concluiu Antonio Carlos.